

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia,

Ao final de dois dias de debate sobre o Programa do Governo, e como conclusão sobre este processo regimental e estatutário, podemos retirar duas conclusões.

A primeira é a de que este é o Programa do Governo que os açorianos maioritariamente escolheram para continuar a mudança que tem sido operada nos Açores desde 2020.

A segunda é a de que o Partido Socialista prefere cair nos braços do radicalismo e do extremismo, em vez de aceitar a derrota eleitoral, com humildade democrática e trabalhar para ser uma alternativa.

Com o início desta legislatura, na sequência de uma crise política egoísta e dispensável a que os açorianos foram submetidos, o Governo da Coligação consagra no seu Programa o conjunto de compromissos assumidos com os Açores, somando-lhe identidade aportada dos programas eleitorais dos partidos aqui representados.

O XIV Governo Regional apresenta um Programa reformista, humanista e de respeito pela liberdade de iniciativa dos açorianos.

Este Programa congrega três anos de experiência de governação com bons resultados, e a capacidade de inovar sempre.

Este documento dá continuidade às políticas de sucesso da Coligação PSD/CDS/PPM, sem receio de adotar soluções arrojadas e inovadoras.

A consistência das políticas e a sua duração é que asseguram o sucesso e os resultados.

É a estabilidade política com efeito positivo sobre a dinâmica económica e social e não o poder absoluto a desbaratar oportunidades por manifesta incapacidade de abdicar de dogmas e visões desajustadas da nossa realidade e do nosso tempo.

Não há dúvida: Os Açores estão melhores do que estavam em 2020.

Mas queremos sempre mais, os Açores querem mais!

É por isso que o Governo da Coligação apresenta novas propostas a acrescentar às já executadas e que têm continuidade, cumprindo o contrato eleitoral subscrito com a maioria dos açorianos.

Vamos manter a ‘Tarifa Açores’ para residentes e avaliar possibilidades para o seu alargamento.

Mantemos a redução dos impostos e das taxas do IVA, do IRS e do IRC, nos limites máximos permitidos pela Lei das Finanças das Regiões Autónomas, e ambicionamos explorar novas competências no domínio fiscal.

Queremos ir mais longe numa política fiscal amiga da economia e não dos impulsos eleitoralistas como no tempo dos governos socialistas.

Iremos generalizar o programa “Novos Idosos” e o “Nascer mais” a todos os concelhos dos Açores.

Pretendemos prosseguir com a valorização contínua dos apoios sociais operada desde 2020, ajudando os que mais precisam.

Vamos continuar a promover o equilíbrio entre a vida profissional e familiar, reforçando o número de lugares nas creches e dando continuidade à medida das creches gratuitas.

Continuaremos a valorizar as carreiras dos trabalhadores da Administração Pública Regional, tornando-as mais atrativas, como temos feito desde 2020.

Prosseguiremos com as políticas de reforço dos recursos humanos no Serviço Regional de Saúde e no Sistema Educativo, com incentivos à fixação de profissionais dos setores.

Vamos manter e reforçar o nosso compromisso com os agricultores por uma política de apoios sem rateios e estudaremos, em diálogo com os parceiros do setor, a criação um Fundo de Garantia para os produtores de leite.

Iremos continuar a apoiar à Universidade dos Açores, pela sua tripolaridade e atividade científica, com montantes que atingiram, em 2023, valores inéditos.

Na formação e na qualificação, nas políticas destinadas aos nossos jovens, e com novas medidas de incentivo, estímulo e apoio, este governo prossegue com uma visão de futuro, com olhar bem atento para aqueles que serão o futuro dos Açores.

Como disse o Presidente José Manuel Bolieiro no início deste debate, este é um Programa do Governo para todas

as famílias, para todas as empresas e para todas as instituições da nossa Região.

Sim, este é um Programa do Governo para todos os açorianos de todas as ilhas.

Sim, este é um Programa do Governo para todos os Açores.

Sr. Presidente da Assembleia,

Srs. Deputados,

O PS passou a campanha eleitoral a jurar a pés juntos que as grandes medidas deste Governo da Coligação seriam mantidas com um executivo socialista.

Passadas as eleições de 4 de fevereiro, o Partido Socialista dá o dito por não dito e anuncia o voto contra o Programa do Governo que inclui, nem mais, nem menos, as tais medidas que antes jurava defender.

E isso é algo que, por mais que alguns assumam um certo desconforto pela precipitação revanchista de anunciar que fosse qual fosse o Programa apresentado o PS votaria contra, ninguém consegue compreender que durante estes dois dias de debate o Partido Socialista tivesse passado a maior parte do tempo a dizer que concorda com muitos dos objetivos incluídos no documento, mas vota contra.

Estamos perante uma repetição do que aqui se passou em novembro último no debate do Plano e Orçamento para 2024.

O PS também votou contra, dizendo que concordava com as medidas propostas.

Lembram-se?

Lembram-se do PS dizer, “não se preocupem os funcionários públicos ou os precários covid ou os beneficiários dos apoios sociais”?

Lembram-se do PS dizer que “depois das eleições, lá para junho, aprovamos o Orçamento e recebem com retroativos...”?

Agora já não disseram se é para junho, para outubro ou para quando? É para o ano?

Quando é que o PS vai ser oposição sem ter uma mensagem de extremismo ou de radicalismo do “ou nós ou o caos”?

Essa é uma atitude antidemocrática por parte de um partido que não respeita nem valoriza a vontade expressa pelo povo em eleições.

E esta atitude do Partido Socialista é motivada apenas pelo irresistível desejo de impedir este governo de cumprir o mandato dado pelos açorianos, tentando lavar as mãos da elevada responsabilidade que tem com os seus 23 deputados.

Esta tosca tentativa socialista de inverter o ónus das suas responsabilidades, merece que lembremos o que antes dizia o líder do PS, Vasco Cordeiro, e cito: *“O futuro constrói-se não com a força da crítica destrutiva do bota-abaixo permanente, não com a oposição a tudo e a todos, mas sim*

*com a força de um sonho e a vontade de o concretizar”*, fim de citação.

Afinal, aquilo que ontem era uma convicção projetada no íntimo do sonho, passou rapidamente a: - aquilo que eu dizia era... aquilo que eu dizia, mas não aquilo que vou fazer.

Bem sabemos que, por caridade ou complacência, alguns se sentem tentados a ignorar porque é que estamos hoje a votar o programa do XIV Governo dos Açores.

Dissemo-lo aqui, em novembro passado, que apenas por egoísmo e desprezo pelo interesse coletivo, o Partido Socialista promoveu o chumbo do Plano e Orçamento do último ano da legislatura, porque era esse o interesse do calendário eleitoral da programada transição de liderança, permitindo ao seu líder ter tempo para ser dispensado para as eleições europeias.

Mas como quem manda nestas coisas é o voto popular, o Partido Socialista chegou a 4 de fevereiro previamente derrotado.

Como se isso não bastasse ao PS, o Povo Açoriano disse também agora no último 10 de março que já não quer nada com os socialistas, seja com Vasco Cordeiro, seja com Francisco César.

É este o partido cujo líder dizia ter aprendido a lição dos erros cometidos na governação, nos três anos de oposição, mas como os açorianos disseram que ainda achavam que era pouco a resposta foi: “bem, se é para ir para a oposição, então prefiro ir-me embora”.

Quem não merecia estes jogos e tacticismos sempre procurando causar instabilidade era o Povo Açoriano. E sabemos hoje que há muitos socialistas e eleitores socialistas que não se reveem nesta opção radical e extremista dos seus representantes. Talvez até algumas das senhoras e senhores deputados do PS no seu íntimo e naquilo que mais importa considerar no atual contexto económico, social e político, achem que este governo deve cumprir o mandato conferido pelos açorianos, em respeito pela escolha do voto, em liberdade e democracia.

Talvez até gostassem de ter aqui também a liberdade de voto para abandonar a teimosia própria de quem ainda permanece, mesmo após duas derrotas eleitorais, a colocar a agenda partidária à frente dos interesses dos Açores.

Aqui, na Casa da Autonomia, não há quem se possa colocar de fora da responsabilidade que tem por mandato dos açorianos. Muito menos socorrendo-se do estafado argumento de ser do contra apenas por obstinação e radicalismo.

Todos nós sabemos ainda melhor o que significa ter um mandato do povo conferido através do voto secreto, livre e democrático. De nada vale a hipocrisia de atirar para outros a culpa pelas frustrações sofridas com a derrota e com uma estratégia errada que prejudicou os Açores durante muitos anos.

Somos nós aqui, neste dia 15 de março de 2024, que vamos fazer uma opção determinante para o futuro dos Açores.

São cada uma das Senhoras e cada um dos Senhores Deputados que têm a responsabilidade de justificar ao Povo Açoriano a escolha que hoje fazem com o seu sentido de voto no programa do XIV Governo dos Açores.

Sr. Presidente

Srs deputados

O processo iniciado em 2020 pela maioria não socialista representada neste parlamento de mudança nos Açores, com a política ao serviço das pessoas, da sua valorização e do cuidado que lhes é devido, e com a consciência do muito trabalho ainda por realizar e dos permanentes desafios que o presente nos impõe, esta mudança foi entendida pelos açorianos como o melhor para o seu futuro.

O XIV governo dos Açores tem a partir de hoje redobrado trabalho para retomar o percurso interrompido em novembro último.

Mas hoje, também é maior a motivação e a determinação em fazer ainda mais e melhor pelos Açores, porque sabemos que connosco estão a maioria dos Açorianos, e é com eles e para todos que iremos trabalhar.

Disse.